

Pianista pode até perder mandato

Corregedor confirma fraude e diz que identifica autor em 10 dias

Os autores das fraudes nas votações de terça-feira devem ser punidos com a pena máxima: cassação de seus mandatos legislativos. Essa é a posição defendida ontem pelo deputado José Carlos Martinez (PMDB-PR), um dos três integrantes da Comissão de Sindicância criada pela Mesa da Constituinte para apurar as denúncias.

Ele confirmou também que a Mesa Diretora acredita que houve mais de uma irregularidade. Além do voto-fantasma do deputado Sarney Filho (PMDB-MA), há fortes indícios de que houve uma segunda fraude durante as duas votações do dia 9. Justificando as suspeitas da Mesa da Constituinte, José Carlos Martinez disse que a lista de presença registrou o comparecimento na casa de 509 constituintes; porém, no painel eletrônico foram computados 511 votos — dois a mais.

O deputado Jorge Arbage (PDS-PA), 2º vice-presidente e corregedor da Constituinte, confirmou que a lista de presença elaborada pelos funcionários do Congresso, postados nas entradas principais do prédio, será bastante útil para dirimir as dúvidas sobre quem estava presente ou não. Embora essas listas não sejam confiáveis, já que o funcionário pode se distrair na coleta das presenças, o deputado garantiu que a margem de erro é pequena. Apesar da insistência dos jornalistas, o deputado Jorge Arbage recusou-se a divulgar os nomes dos parlamentares presentes e ausentes, alegando que, a partir da criação da Comissão de Sindicância, a lista integra o acervo das diligências.

Orientados por seus superiores os funcionários que colhem as presenças dos parlamentares se recusaram a dar informações. Um dos funcionários responsáveis pela coleta de assinaturas na porta do Anexo II, Sandoval, foi categórico: "Não vou informar nada. Tenho direito de ficar calado".

O corregedor Jorge Arbage assegurou que num prazo máximo de 10 dias a Comissão de Sindicância terá que apresentar os resultados de suas investigações. Acrescentou que a Mesa da Constituinte deu plenos poderes para que a Comissão utilize de todos os meios cabíveis para detectar os responsáveis. Para auxiliar nas investigações, foram solicitadas às 4 redes de televisão, e também ao Diário da Constituinte, as fitas gravadas durante as sessões de votações de terça-feira, com o objetivo de facilitar a identificação dos constituintes que estavam sentados na fileira de cadeiras onde a fraude foi cometida.

Explicou que os resultados da Comissão de Sindicância serão entregues imediatamente à Corregedoria da Mesa, que os encaminhará à Presidência da Constituinte. Esquivando-se de apontar a punição cabível pelo Regimento Interno do Congresso para irregularidades desse tipo, o deputado Jorge Arbage asseverou, no entanto, que não há dúvidas de que houve fraude. "A prova material nós já temos. Agora só falta identificar o responsável".

O presidente da Comissão de Sindicância, senador Virgílio Távora (PDS-CE), admitiu que os resultados das investigações poderão demorar mais do que os 10 dias estipulados pela Mesa Diretora, em função dos feriados do Carnaval. Como Arbage, o senador acredita que não será difícil apontar o autor do voto-fantasma; porém, descartou a cassação do mandato legislativo, como pena a ser imputada ao constituinte faltoso.

Em sua opinião, o constituinte que fraudou o voto do deputado Sarney Filho (PFL-MA) deverá receber uma censura pública da Assembleia Constituinte. Acrescentou que a cassação de mandato só deve ser aplicada em casos de homicídio ou roubo.

GIVALDO BARBOSA



Sarney Filho pede a apuração da fraude para evitar que a Constituinte vire uma "ópera bufa"

Teipes e fotos podem esclarecer a fraude

RITA NARDELLI
Da Editoria de Política

O sistema eletrônico de votação da Câmara poderá indicar não apenas a bancada utilizada para a fraude na sessão da Constituinte da última terça-feira, como também os parlamentares que estavam sentados de um lado e de outro do constituinte que votou pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA). A informação foi prestada ontem à comissão de apuração da fraude. Em sua primeira reunião, a comissão requisitou às emissoras de televisão e aos Comitês de Imprensa da Câmara e do Senado o material fotográfico e os videotapes relativos à sessão, a fim de que as investigações sejam agilizadas. Outra consequência da denúncia feita pelo líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), foi a mudança do código de Sarney Filho, que obteve novo número ainda ontem.

Muito tranquilo, por entender ser "o único que não pode ser acusado da fraude", Sarney Filho sugeriu à Mesa da Constituinte providências para que não haja fraudes daqui para a frente. Ele acha possível, por exemplo, a adoção de uma lista para ser assinada pelos que votaram nos postos avulsos. E considera fácil um constituinte saber o código do outro. Segundo o deputado, isso pode ocorrer se o parlamentar observar o companheiro no momento da votação no posto avulso, ou na própria bancada. Ainda de acordo com Sarney Filho, nos primeiros dias de votação muitos parlamentares não se lembravam de seus códigos, e podiam ter acesso aos números através de uma lista em ordem alfabética apresentada por funcionários da Câmara:

— Eu poderia, por exemplo, ver o meu código, e também os de Samir Achôa e Pompeu de Souza, nomes próximos ao meu.

Para Sarney Filho, que recebeu muitas manifestações de solidariedade, há duas hipóteses para a autoria da fraude. A mais remota: alguém de boa-fé que infantilmente quis ajudar mas acabou conturbando tudo. A mais provável: alguém de má-fé que quis atingir o deputado ou o pre-

sidente José Sarney. "mas acabou atingindo a instituição".

TODOS OS ESFORÇOS

A comissão de apuração da fraude foi designada pelo 2º vice-presidente e corregedor da Assembleia, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), e é integrada pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE) e pelos deputados José Carlos Martinez (PMDB-PR) e Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Segundo Inocêncio, em sua primeira reunião, além de ter adotado as providências já mencionadas, a comissão considerou que todos os esforços devem ser desenvolvidos para o esclarecimento do fato, que atingiu a instituição "num momento em que se vota matérias importantes que irão reger o País por muito tempo, e as decisões devem representar a maioria dos constituintes e, por consequência, do povo".

— Mais do que punir um colega — afirmou Inocêncio — estamos interessados em preservar a instituição. Inocêncio foi indicado depois que a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), cogitada por Arbage para integrar a comissão, afirmou que não queria aceitar a missão. Ao ser indagada sobre os motivos pelos quais desistiu de participar da apuração, ela respondeu:

— Desisti, não. Não me perguntaram nada, não me consultaram. Com tanto trabalho que tenho aqui na Constituinte, não vou ficar descobrindo quem apertou o botãozinho.

A comissão volta a se reunir hoje, provavelmente já com o resultado da tarefa dos técnicos do sistema eletrônico de votação, que poderão obter as informações necessárias à investigação através de um programa destinado a recuperar os dados armazenados no computador. Até ontem à tarde, a comissão dispunha apenas dos dois boletins do sistema indicando a votação feita em nome de Sarney Filho, e um requerimento de Martinez e do Benito Gama (PFL-BA) solicitando a localização da bancada. O prazo para a apuração é de 10 dias, e configurada a autoria da fraude, será formada uma comissão de inquérito que poderá aplicar as seguintes sanções previstas no regimento: advertência, censura por escrito ou perda de

mandato. Serão ouvidos inicialmente, Brandão Monteiro e Sarney Filho.

O autor da denúncia, Brandão Monteiro, disse que no último dia 5, avisado de que estaria havendo fraude, requereu à secretaria-geral da Mesa a listagem de votação. Observou que fica difícil descobrir a fraude envolvendo os nomes de deputados menos conhecidos, e que somente na última terça-feira foi possível constatar a irregularidade:

— O que é mais grave é que não é um fato novo. No episódio dos pianistas, tivemos fotografias, a prova material, e não se tem conhecimento de nenhuma punição. A Casa foi renovada em 60%, e os métodos são os mesmos. Aqui, a Mesa não dá seguimento a nada.

Mas Arbage promete uma postura firme da Mesa:

— O caso é gravíssimo. Numa hora em que a Constituinte está sendo submetida a um processo de patrimonialização pela própria sociedade, temos que tanto quanto possível procurar dar exemplos que dignifiquem a formação parlamentar brasileira.

Segundo Arbage, como já há a prova material da fraude — os boletins — falta agora a autoria, que será procurada com todo o empenho:

— O propósito da Mesa é descer fundo na apuração e na punição do culpado — ou culpados. Isso para nós é um ato de vergonha. Será possível que a gente não encontre uma forma de evitar a fraude? Vamos às últimas consequências. Queremos mostrar que não haverá impunidade nem por omissão. Temos um compromisso histórico sério, e precisamos elucidar a autoria para tirar da suspeita as pessoas inocentes.

Arbage admite que o sigilo do código é quebrado na votação do posto avulso, já que o número aparece na parte superior da bancada. Mas o sistema é perfeito, em sua opinião, e o que deve ser mudado é a conduta dos constituintes:

— Não vai haver complacência com ninguém — acrescentou. Até prove em contrário, todos somos suspeitos e culpados pela fraude. A instituição não pode ter complacência com quem quis lhe destruir toda a estrutura de dignidade.

Sarney Filho já vota com novo código

"Não del meu código a ninguém", disse ontem o deputado Sarney Filho (PFL-MA) ao comentar a fraude ocorrida na terça-feira quando seu voto apareceu no painel eletrônico sem que se encontrasse no plenário. Ele assegurou que não se sente atingido com o episódio, não acha que ele provoque danos a seu pai, mas se preocupa com a imagem do Legislativo.

Já de posse do novo código, registrado num papel que mostrava de longe, lembrando que é secretíssimo, Sarney Filho acha que a fraude pode ter sido produzida por qualquer arguto observador do início das votações, quando os constituintes esqueciam de seus códigos e a mesa mostrava os números numa listagem aberta.

Ele disse também que não estava terça-feira em Brasília porque foi informado de que o acordo seria rompido e não teria votação em plenário. Por isso, só retornou ontem quando votou conforme o acordo feito entre as diversas correntes partidárias e políticas. Depois, concluiu, a respeito da fraude: "Isso é coisa primária. Mas acho que se fosse para ganhar um voto decisivo não escolheriam exatamente o filho do Presidente".

Ontem, durante a sessão da Constituinte, o Deputado solicitou à Mesa a apuração do fato, para que ele não se repita, pois do contrário, completou, "o Poder Legislativo, de plano a piano, terminará tocando ópera bufa".

EUGENIO NOVAES



Ulysses, de volta

Fraude não seria primeira

O deputado Benito Gama (PFL-BA), um dos que assinaram requerimento solicitando investigação do caso, afirmou que se a fraude pode ser constatada "a olho nu" é porque outras fraudes já podem ter ocorrido. O constituinte defendeu o rápido esclarecimento e punição para o responsável, incluindo até mesmo, cassação do mandato, por se tratar de um problema moral que atinge não só o Congresso Nacional, como todo o País, no momento em que a futura Constituição está sendo votada.

Em entrevista ao programa Telemanhã, o deputado balançou lembrou que não se pode afastar a ideia de outras pessoas estarem envolvidas no escândalo. E que, além do parlamentar, os membros da Mesa e alguns funcionários também têm conhecimento dos códigos secretos. "Não está descartada a possibilidade de fraude por parte de um funcionário, mas de qualquer forma, o constituinte que votou duas vezes deverá ser punido", ressaltou.



Benito Gama

Benito Gama afirmou que a fraude visa arranjar a imagem do presidente José Sarney (pai do deputado que teve seu nome registrado indevidamente) e é preciso haver autocrítica, "porque se no atual Congresso houve uma renovação de 60 por cento dos parlamentares, nem 10 por cento dos métodos foram mudados".

Mesa sabia dos riscos

A fraude no sistema eletrônico de votação já era prevista e nada se fez para impedi-la. No último dia 2 de dezembro, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), um dos membros da Mesa, procurou a repórter do CORREIO, após uma sessão de teste do painel, para provar que nem mesmo a sofisticada aparelhagem alemã impedia a atuação dos famosos "pianistas". Afirmou na época, o deputado, que qualquer parlamentar poderia votar duas ou até mais vezes, e para isso era necessário, somente, conhecer o código "segredo" de outro colega.

No dia seguinte, o CORREIO publicou uma matéria afirmando que a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte não iria adotar nenhuma providên-

cia para evitar fraudes porque preferia acreditar que os parlamentares não iriam correr o risco de serem flagrados votando duas vezes. Como previa Arnaldo Faria de Sá, a fraude concretizou-se na sessão da última terça-feira, e possivelmente, da forma que imaginou: um parlamentar votou na sua bancada em outro nome, no caso, o do deputado Sarney Filho (PFL-MA), e dirigiu-se a um dos postos avulsos para registrar o seu próprio voto. Mas as fraudes podem não parar por aí — para um parlamentar habilitado, será possível votar até cinco vezes. Basta conhecer o código de mais quatro constituintes e votar na bancada e nos quatro postos avulsos existentes no plenário.

Sistema ainda é experimental

O sistema de votação eletrônico da Constituinte — um projeto no qual estão empenhados, desde janeiro do ano passado, dezenas de técnicos brasileiros e estrangeiros — já consumiu Cz\$ 80 milhões, ainda não está concluído e continua longe de dar aos parlamentares a almejada segurança de ter seu voto adequadamente computado nos anais da Assembleia. Entregue a uma empresa multinacional — a AEG Sistemas Industriais Ltda. — o novo sistema só estará concluído depois da Constituinte.

O equipamento utilizado pela AEG para a Constituinte é de origem alemã, mas os programas são todos nacionais — a adaptação de sistemas diversos vem consumindo energia dos técnicos, e os problemas que surgem em decorrência da fase de experimentação do projeto são cotidianos. Logo que os constituintes acionam, em

plenário, os botões em suas mesas, os técnicos, dentro da apertada sala que serve de sede aos trabalhos de computação, ficam atentos, à espera de que as falhas não ocorram.

A possibilidade de falhas como a que permitiu a alguém votar pelo ausente deputado Sarney Filho (PFL-MA) na sessão de anteontem, se não era esperada, não causou estranheza aos técnicos. "Nem a Nasa (a agência espacial do Governo norte-americano que estuda projetos altamente secretos) consegue estar a salvo de eventuais fraudes. Os computadores não estão acima disso" — afirma um deles, que não se identifica pelo simples motivo de que todos, à exceção do secretário-geral da Constituinte, Paulo Afonso Martins, e o diretor da Câmara, Ademar Sabino, estão autorizados a das entrevistas sobre o assunto.

Uma coisa, no entanto, o

pessoal encarregado de dar ao plenário a necessária infra-estrutura para as votações garante: não há a menor possibilidade de a fraude ter partido de um dos técnicos envolvidos na operação dos computadores: "Não há nem como se votar lá de dentro" — afirma um dos técnicos. A única certeza, neste caso, é que a fraude foi executada mesmo dentro do plenário.

O código de votação que cada um dos constituintes recebeu para utilização durante as votações é um segredo que só conhece seu usuário.

Os números foram revelados aos constituintes por ofício sigiloso, assinado pelo presidente Ulysses Guimarães. São duas as alternativas para que um outro parlamentar tenha tido conhecimento do código do deputado Sarney Filho: ou ele próprio revelou, ou houve quebra de sigilo na área da administração da Constituinte.

EUGENIO NOVAES



Faria de Sá (com Fernando Santana): aviso ignorado